

ESPECIAL SUCESSÃO NA UNICAMP

Fazer valer nossos direitos e a defesa da Universidade

democracia carreira
Fora PM dos Campi
Fim Do Assédio Moral reitoria
Auxílio Alimentação autonomia
30h Fim Das Terceirizações concurso
#Liberdade E autonomia Sindical luta
Vale Refeição Unicamp estatuinte
aposentadoria resistência
alimentação sucessão independência
Universidade Pública
liberdade trabalhadores cotas docentes
Direito De Greve verbas reivindicações
compromissos STU respeito
isonomia #Autonomia Universitária
direitos #Duplas Matrículas Não creches
Aposentadoria Digna saúde
Mudança De Regime
reajuste estudantes
paridade

Assembleia sobre a Consulta para Sucessão de Reitor neste dia 22 ao meio-dia no CB-1

Nos dias 15 e 16 de março acontece a consulta à comunidade para escolha do novo reitor da Unicamp. Para debater temas considerados centrais para a categoria dos técnico-administrativos e para a defesa da Universidade pública, gratuita, de qualidade, democrática e popular, lançamos esta edição especial do Jornal do STU e chamamos toda a categoria a participar da assembleia.

Dia de Luta das Mulheres completa um século



Nos 100 anos da Revolução Russa, o 8 de março - Dia Internacional das Mulheres e marca da maior vitória dos trabalhadores - merece ainda mais destaque.

Página 7

O golpe e as reformas da Previdência e Trabalhista



O processo sucessório à reitoria da Unicamp acontece num momento de muitos ataques perpetrados pelo governo golpista de Michel Temer e o governo Alckmin.

Página 8

5 candidaturas disputam reitoria e o STU não apoia nenhuma delas



Antonio Celso de Arruda



Luis Alberto Magna



Léo Pini Magalhães



Marcelo Knobel



Rachel Meneguello

Fotos: Unicamp/ Antonio Scarpinetti

A Consulta à Comunidade para Sucessão de Reitor de 2017 acontece em primeiro turno entre os dias 15 e 16 de março. Os dias 29 e 30 do mesmo mês foram reservados para um possível segundo turno.

Estão na disputa pela sucessão os professores titulares Antônio Celso Fonseca de Arruda (professor da FEM), Léo Pini Magalhães (FEEC, foi pró-reitor de pesquisa na gestão Paulo Renato Souza), Luis Alberto Magna (FCM), Marcelo Knobel (IFGW, foi pró-reitor de graduação na gestão Fernando Costa) e Rachel Meneguello

(IFCH).

O professor Antônio Arruda mais uma vez se inscreveu como uma espécie de anti-candidatura - inclusive não incorporando em sua chapa um ou uma postulante a vice-reitor/coordenador da Universidade.

As demais candidaturas já divulgaram suas plataformas em sites próprios que podem ser acessados por meio da página oficial da Unicamp. O STU também disponibilizou links para os programas das candidaturas apenas para facilitar aos trabalhadores o acesso às informações.



EM DEFESA DA PARIDADE

Processo de consulta é arcaico e antidemocrático

No que diz respeito à definição de quem dirige a Universidade, a Unicamp ainda não saiu do modelo censitário do Brasil Colônia. O voto da categoria docente equivale a 3/5 do colégio eleitoral, sobrando para estudantes 1/5 e para os técnico-administrativos 1/5 do peso decisório. Ou seja, o voto de um professor vale pelo de 4 servidores ou de 15 estudantes.

É um sistema altamente antidemocrático que hierarquiza saberes e valores na comunidade universitária. Para piorar a situação, com a consulta no início no mês de março a maioria dos estudantes estará excluída do processo. Com isso, o peso do voto dos estudantes será ainda mais reduzido.

Também não podem votar ou serem votados os aposentados até o dia 7 de fevereiro deste ano (quem se aposentou após esta data ainda pode

participar do processo).

Paridade é princípio democrático

Todos os 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná e os dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) existentes no país têm eleições paritárias por força da lei 11.892/2008. Além disso, em pelo menos 30 outras universidades federais as eleições também são paritárias.

O estabelecimento de peso igual entre os três segmentos da comunidade universitária, bem como a expansão das possibilidades de candidatura é um princípio democrático que rompe com uma lógica inspirada nas sociedades organizadas em castas. E o veto aos aposentados é discriminatório com quem dedicou anos de suas vidas à construção da exce-

lência da Unicamp.

Em pleno século XXI é um absurdo que a Unicamp mantenha um modelo arcaico e discriminatório para decisão de quem conduz os destinos da Universidade.

Quem pode e como votar

A votação será nominal, secreta em papel. Haverá urnas no Ginásio Multidisciplinar e Área Médico-Hospitalar (Paulistão) no campus de Barão Geraldo, Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Faculdade de Ciências Aplicadas, Faculdade de Tecnologia e Cotel (em Limeira).

Estão aptos a votar os técnico-administrativos, docentes e estudantes reconhecidos pela Comissão Organizadora da Consulta, sendo necessário apresentar documento de identificação pessoal (carteira funcional, RG, registro profissional ou CNH).

Porque o STU não apoia nenhuma candidatura

A diretoria do sindicato discutiu o processo sucessório e deliberou não apoiar nenhuma das candidaturas porque não houve uma dinâmica de construção de plataformas e nomes em diálogo com as categorias e suas entidades representativas.

No entanto, e até por não ter ocorrido este diálogo prévio entre os candidatos e o STU, a direção do sindicato buscará que todas as chapas se comprometam formalmente com as reivindicações dos trabalhadores técnico-administrativos.

O compromisso do sindicato é continuar lutando em defesa dos direitos e reivindicações da categoria, reafirmando a independência e autonomia do STU em relação às administrações universitárias. Além disso, independente de quem vença a consulta, a direção da entidade seguirá atuando para que as demandas dos trabalhadores - presentes ou não nos programas das candidaturas e aceitas ou não pelos candidatos nos diálogos promovidos durante a campanha - sejam efetivadas.

Entre os coletivos que integram a diretoria há posicionamentos distintos que, democraticamente, são publicados nas páginas centrais dessa edição especial do **Jornal do STU** para que os trabalhadores obtenham mais informações e elementos diversos que auxiliem na definição de seus votos.

Para contribuir ainda mais na escolha dos servidores, o STU realizará, além da assembleia deste dia 22 de fevereiro, às 12h no CB 1, uma série de sabatinas com os candidatos. E construirá em conjunto com a Adunicamp e o DCE um debate entre as cinco candidaturas.

Assembleia neste dia 22 organiza luta por direitos na consulta

Atividade terá início às 12h no CB-01 e discutirá participação do sindicato no diálogo com as candidaturas.

O processo de escolha do novo reitor ou reitora da Unicamp ocorre num contexto de retrocesso político, ataques a direitos e serviços públicos. A educação e as universidades públicas em especial estão na mira dos governos neoliberais como o de Alckmin, que intensificam o projeto de desmonte de forma ainda mais acelerada depois que o golpista Michel Temer chegou à Presidência.

No primeiro dia da consulta à comunidade na Unicamp (15 de março), centrais sindicais, sindicatos e movimentos sociais de todo país estão convocando um **Dia Nacional de Greves, Paralisações e Mobilizações contra a PEC 287/2016** (proposta de emenda constitucional de Temer que acaba com o sistema de Previdência inserido na Constituição de 1988).

No Rio de Janeiro, o governo Pezão deve mais de R\$ 400 milhões às universidades daquele Estado - Uerj, Uenf (Norte Fluminense) e Uezo (Zona Oeste) - e cortou 30% do orçamento da Fundação de Amparo à Pesquisa (Faperj). A Uerj atrasou em

mais de um mês já o reinício das aulas e decidiu que estas só serão retomadas "após o restabelecimento das condições básicas para o funcionamento da Universidade".

Em vários outros estados e universidades estaduais no ano passado salários atrasaram, benefícios deixaram de ser pagos e houve drásticos cortes orçamentários.

Lutaremos para salvar a Unicamp do caos

Na Unicamp a situação ainda não chegou a tamanho descalabro. Mas se a postura das reitorias continuar sendo de subserviência ao governo estadual não tardaremos a sofrer consequências tão danosas quanto as comunidades das instituições irmãs.

Desde 2005 as administrações da Unicamp se negam a atuar efetivamente para cobrar que o governo do Estado cumpra o acordo de aumentar em 0,05% o repasse à Universidade como con-

trapartida à instalação do campus de Limeira. No ano passado, houve vários cortes orçamentários na Unicamp - afetando o desenvolvimento das atividades especialmente na área de saúde. Enquanto isso, as duplas matrículas continuaram sendo pagas e consumiram só em 2016 mais de R\$ 1,6 milhão. Sem falar nos supersalários. As reservas orçamentárias - importante mecanismo possibilitado pela autonomia universitária conquistada em 1988 depois de mais de dois meses de greve - vêm sendo consumidas com despesas correntes porque as reitorias não atuam para assegurar a adequação do financiamento à expansão da Universidade.

Os desafios são muitos e é a nossa categoria que decide o processo sucessório. Por isso, é hora de fazer valer nossas reivindicações, garantir que os compromissos assumidos pelas candidaturas não fiquem só no papel e colocar no centro do debate eleitoral nossas reivindicações e a defesa da Universidade. E a assembleia deste dia 22 será decisiva para organizar a luta.

Queremos saber o que as candidaturas têm a dizer sobre a nossa pauta!

- Isonomia já!
- Reposição das perdas salariais
- Reajuste anual dos benefícios
- Fim das duplas matrículas e respeito ao teto salarial constitucional
- Concursos públicos para atendimento às demandas das unidades e setores, com respeito à lei de cotas raciais
- Descongelamento do auxílio refeição e incorporação retroativa dos reajustes salariais do período ao valor do benefício
- Vale refeição
- Efetivar as 30 horas na área de saúde
- Redução da jornada para 30 horas semanais sem redução de salários
- Fim do contingenciamento de contratações
- Garantia de todos os direitos dos servidores que mudaram de regime
- Redução dos valores dos fretados com

- vistas à gratuidade
- Contra qualquer deliberação que vise promover demissões ou retirar direitos
- Cotas raciais na graduação, pós-graduação e concursos
- Cumprimento do acordo de combate ao assédio moral e campanha contra o assédio moral na Unicamp
- Licença paternidade de 20 dias para os trabalhadores celetistas
- Representação do STU no Conselho da DEDIC
- Isonomia de tratamento entre Esunicamp, celetistas e Funcamp (licenças, benefícios, etc)
- Eleições diretas e paritárias para todos os órgãos dirigentes da Universidade
- Democratização da internet
- Direitos políticos para os aposentados nos processos eleitorais e consultas à comunidade, gratuidade nos

- restaurantes universitários e extensão do auxílio alimentação
- Gestão democrática, plano de carreira, jornada legal, credenciamento, nomenclatura profissional e plantões na DEDIC
- Estatuinte paritária e democrática
- Revogação das GRs 02/2016 e 10/2016
- Fim das terceirizações
- Contra a criminalização das lutas e movimentos sociais
- Respeito às entidades, à organização dos funcionários e ao direito de greve
- Não à PM nos campi
- Defesa da autonomia universitária
- Exigir o repasse integral do ICMS às universidades (sem a manobra da retirada de rubricas da base de cálculo) e o aumento do repasse à Unicamp em 0,05%, conforme acordo para implantação do campus de Limeira

Posicionamentos dos coletivos que integram a diretoria do STU

Confira o que pensam os diversos grupos que compõem a direção proporcional do sindicato

Não vá às urnas, vá às ruas! Contra a reforma da previdência e por paridade na escolha da Reitoria!

O dia da votação da consulta é também um dia nacional de lutas. No dia 15 de março estão marcados vários atos, paralisações e mobilizações contra as reformas do Governo Temer e o ajuste fiscal. O ajuste fiscal que é sentido pelos trabalhadores com a redução do poder de compra, o descumprimento da isonomia e sem reposição das perdas da inflação. Afinal foi assim que Tadeu tratou os trabalhadores, não atendendo as nossas reivindicações alegando que não tinha dinheiro em caixa. Estranhamente, ao final de seu mandato Tadeu declarou ter mais de R\$ 700 milhões guardados em reservas.

E este não foi o único erro de Tadeu. A Reitoria fez a mudança de regime de uma parcela dos trabalhadores e foi questionada judicialmente. Agora, o STF declarou nula a mudança de regime. São quase 2000 técnico-administrativos em situação desesperadora. Uma situação que atinge diversas mulheres têm que ser o foco de debates do dia internacional de luta das mulheres trabalhadoras. Mulheres trabalhadoras que ficarão sujeitas ao aumento da idade de aposentaria com a reforma da previdência que está em curso.

Nesta reforma, a mudança para CLT trará enormes prejuízos a todos os trabalhadores, por isso haverá manifestações em todo o país. Assim deve ser também aqui na Unicamp: transformar o dia 15/03 em um dia de lutas. O ataque será tão grande que poderá levar cerca mais de 25% dos trabalhadores técnico-administrativos a saírem da Unicamp. Com a crise econômica colocada, nenhum dos candidatos à Reitoria garante que será repostos esse quadro. Ou seja, com os impactos da Reforma da Previdência se a próxima Reitoria não tiver um compromisso de reposição imediata das vagas, veremos nossos problemas se intensificarem cada vez mais. Mas essa promessa não está colocada em nenhuma campanha.

Ao contrário, a consulta para Reitoria não considera o nosso peso de trabalhador, fazendo com que nosso voto valha quase nada. Para completar, é só uma consulta e não uma eleição, ou seja, seu resultado não tem valor algum.

Por isso, nós do Coletivo Base defendemos que não podemos ter ilusão nessa disputa. Queremos paridade e nessa consulta nós não devemos ir às urnas, devemos ir às ruas para dizer não à reforma da previdência!

Coletivo Base

Um olhar sobre a universidade

Na Unicamp os processos de consulta sempre foram de intensos debates na categoria. Já lançamos candidato, apoiamos candidato de oposição, e na maioria das vezes não nos posicionamos por nenhuma candidatura, assumindo uma posição de aproveitar o processo para debater a posição dos trabalhadores sobre a Universidade, a democracia e a nossa pauta.

É claro que existem sempre aqueles que quando chegam esses processos já têm um discurso pronto. “De que adianta esses processos, nosso voto não vale nada mesmo, vamos negar tudo que é melhor pra nós – assim a gente não se compromete com nada.”

Nós do Alerta Unicamp não pensamos assim. Entendemos que o STU deve interferir no processo fomentando o debate, reafirmando nossas posições e nossas pautas e dessa forma medindo o nível de comprometimento daqueles que pretendem ser reitor da Unicamp.

Na diretoria construímos uma posição de não apoiar nenhuma candidatura. Não houve um processo de construção de candidaturas que envolvesse as entidades. O STU exigirá dos candidatos compromissos públicos com as questões da universidade, da democracia e da nossa pauta.

O Alerta Unicamp não olha o processo com um sinal de igual entre os candidatos e os projetos em discussão. Numa crise econômica e um processo político onde um presidente ilegítimo foi alçado ao poder para impor uma agenda conservadora e neoliberal, as candidaturas, sobretudo as que tendem a polarizar a disputa, estão pautadas por esse debate.

Não é à toa que vários ex-reitores protagonistas de gestões conservadoras e que sempre tiveram influência no poder da Universidade se uniram na construção da candidatura do Prof Marcelo e Tereza. Não é à toa também, que um campo democrático e popular, que tem uma visão de resistência a essas políticas se uniu em torno da candidatura da Prof^a Rachel e Osvaldir. O resultado da consulta não é indiferente aos trabalhadores.

Nosso papel vai ser construir a luta e a mobilização para resistir e garantir que não haja retrocessos nos direitos e conquistas. Mas a organização da luta ganha força quando se dá num ambiente de democracia e de valorização e respeito à organização dos trabalhadores e estudantes e de respeito a autonomia.

Alerta Unicamp

O “menos pior” não basta

Nesta sucessão da reitoria da Unicamp, assim como em todo o processo da política brasileira, os trabalhadores não podem rebaixar suas expectativas de dignidade e apostar no projeto “menos pior”, na esperança de que se respeite “pelo menos alguns” dos nossos direitos. As principais candidaturas representam os mesmos velhos grupos que sempre se revezaram na reitoria disputando a posição de executor do projeto de universidade do governo. As candidaturas alternativas, representam, um pouco mais indiretamente, os mesmos grupos. Os trabalhadores estão abandonados à sua própria luta, seja quem for o escolhido do governador.

O projeto de universidade dos governos, desde a fundação da Unicamp, variou os ritmos de uma mesma toada, mas sempre caminhou no sentido de tolher a formação crítica, da elitização de estudantes e professores e do fechamento da universidade aos reais problemas brasileiros. Os momentos de avanços e conquistas, que significaram um impulso contra essa precarização, foram promovidos pela mobilização e pressão organizada de funcionários, estudantes e docentes, que souberam frustrar os projetos dos políticos e chefes.

Sempre que nós entregamos nossa confiança a um administrador ou governante, comprometemos a nossa capacidade de mobilização e dificultamos os avanços tão importantes para a garantia de uma saúde e educação de qualidade na Unicamp. A reitoria Tadeu é a prova de que ganhamos muito menos confiando em promessas do que entendendo que não há conciliação possível com o lado de lá. Manter independência é condição básica para organizar o enfrentamento.

É preciso organizar os movimentos sociais da Unicamp por fora daqueles que bajulam um candidato ou pintam outro(a) como sendo o(a) pior e inaceitável. É preciso fazer a análise crítica de seus projetos políticos e não votar em nenhum que signifique estagnação ou retrocesso. Qualquer candidato que enquadre a Unicamp num cenário de crise e de “ajustes necessários”, por exemplo, encaminha o projeto que Temer e seus precedentes querem empurrar goela abaixo dos brasileiros: o austericídio, que salva temporariamente os de cima e seus privilégios, em claro prejuízo aos direitos e condições de vida dos de baixo.

Vamos à Luta!

Rachel - Reitora e Osvaldir - Vice – Unicamp de tod@s !!!

Nós, militantes do campo cutista do STU, temos compromisso inegociável com a defesa dos direitos políticos, sociais e civis na Unicamp. Esse é o nosso compromisso com os trabalhadores, estudantes e usuários, e com a nossa própria história de militância sindical e política. Defender a Unicamp democrática e plural é defender a comunidade e a autonomia universitária.

Somos herdeiros e construtores das lutas contra a intervenção malufista, os ataques dos governos do PSDB às universidades, as privatizações e a terceirização. Somos os impulsionadores de uma Unicamp mais solidária, feliz, inclusiva e referenciada socialmente.

Vemos com preocupação a criminalização dos movimentos reivindicatórios dentro da Unicamp promovida por grupos de direita que não querem o diálogo.

Manifestamos nosso apoio à candidatura Rachel Reitora e Osvaldir Vice, pois entendemos que essa chapa tem maior identidade programática e assume o compromisso de não apenas não ampliar a terceirização na Unicamp, mas discutir seriamente com a comunidade alternativas que possibilitem sua redução no tempo, visando a preservação dos valores do trabalho no setor público.

A chapa defende cobrar o acordo firmado com o Governo do Estado em 2005, de acrescentar 0,05% do ICMS à quota parte do Estado em razão da criação do campus da FCA em Limeira. Esse acréscimo representaria aproximadamente R\$ 50 milhões anuais.

Defendemos que a Unicamp se alinhe à Frente Brasil Popular, como estratégia de resistência para enfrentar o ambiente extremamente desfavorável imposto pelo golpe. Os impactos do golpe na vida universitária já se fazem presentes, pela redução de bolsas de estudos das agências de fomento do governo federal, ou pela aprovação da PEC 55/2016, que congela os gastos públicos com área social em 20 anos.

O compromisso da chapa Rachel e Osvaldir é contrapor a lógica do golpe e exigir, por exemplo, o reajuste do valor repassado pelo SUS, congelado em termos nominais há mais de três anos, apesar do significativo aumento dos serviços e atendimentos realizados pela Unicamp. O Brasil, o Estado de São Paulo, a cidade de Campinas, nosso bairro, precisamos da Unicamp e para tanto só há um caminho: eleger Rachel Reitora e Osvaldir Vice – Unicamp de tod@s!!!

*Francisco Genezio Lima de Mesquita
Roberto Carlos de Souza (Fubá)*

Sucessão a reitor na Unicamp: Mais do mesmo

Após vivenciarmos uma gestão de muitas promessas e poucos avanços, estamos diante de mais um processo de escolha para reitor da Unicamp. É bom lembrar que a sucessão não se faz por eleição democrática e paritária, mas por uma consulta, onde o voto dos docentes vale três vezes mais que dos técnicos administrativo e estudantes.

Nesta consulta, o que se apresenta é o continuísmo dos grupos que estão à frente da reitoria há mais de duas décadas. E mesmo as candidaturas que se dizem independentes não apresentam nenhuma proposta concreta de mudança estruturante. De qualquer forma, se observarmos, todos eles, de uma forma ou de outra, já estiveram na reitoria, seja como pró-reitores, assessores de pró-reitores, chefes de gabinetes, enfim, nunca saíram da máquina.

Nossa avaliação é que nenhum dos candidatos tem o perfil de mudança para a Universidade. Eles não debaterão pontos como: democratização, transparência orçamentária, fim da dupla matrícula, abertura de concurso público, fim da terceirização, mudança de regime, carreira, modelo de financiamento. Porque todos se beneficiam do modelo que vigora. Nenhum dos candidatos ousará enfrentar a política do governo do Estado, que é de desmonte da Universidade. Seguirão o modelo da USP, de sucateamento, arrocho e esvaziamento do quadro técnico-administrativo e ataques à entidade.

Entendemos que nosso papel no próximo período, independente do reitor que venha a ser escolhido, será de resistir aos ataques que sofreremos, interna e externamente à Universidade, pois a conjuntura apresentada pelos governadores dos estados e federal é de total ataque aos setores públicos, em especial as universidades públicas. Exemplo disto é a UERJ, que atravessa uma crise profunda, correndo o risco de fechar as portas diante dos desmandos dos governos do daquele Estado. A proposta do governo federal para “salvar” a UERJ é ajudar o Estado desde que este aceite o ajuste financeiro, que nada mais é que arrocho salarial, corte de verbas e privatizações.

Para derrotar este modelo será necessária a unidade dos trabalhadores, fazer mobilizações para além do debate de reajuste salarial. Ir às ruas, dialogar com o movimento estudantil, pensar um novo modelo de universidade que contraponha e rompa com este ciclo de continuísmo de reitores que atacam nossos direitos. Para nós trabalhadores da Unicamp a saída é a luta!

*Coletivo Vamos à Luta!
Osvaldo Sales, Sandra Ramos e Toninho Alves*

Unicamp abre diálogo com atingidos pela decisão do STF sobre a mudança de regime

Reunião será aberta a todos os servidores, no Centro de Convenções às 10h30.

Nesta quinta-feira (23), pela primeira vez desde a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal Celso de Mello contra os servidores na ação da mudança de regime, a Universidade prestará esclarecimentos aos trabalhadores afetados sobre as medidas que serão tomadas.

Está marcada para às 10h30, na sala 3 do Centro de Convenções, uma reunião com a presença do reitor José Tadeu Jorge, do procurador geral da Universidade, Otacílio Machado Ribeiro, e da procuradora da Luciana Albocino. A atividade é aberta a todos os servidores interessados, ativos e aposentados, e é importante que todos compareçam para sanar suas dúvidas já que as repercussões da decisão nas

vidas dos trabalhadores são muito específicas caso a caso.

Depois da audiência com Tadeu, os integrantes da Comissão de Trabalhadores pela Mudança de Regime se reunirá com representantes da categoria no Consu. O STU estará presente às duas atividades, que fazem parte da deliberação da diretoria e dos encaminhamentos aprovados em conjunto com a comissão para buscar que os servidores não sejam prejudicados pela decisão do Supremo.

A reunião da comissão com os conselheiros buscará definir um posicionamento coletivo para quando a pauta voltar a ser debatida no Consu.

CAMPANHA SALARIAL

Campanha salarial também começa a ser organizada no período da consulta



A reunião do Fórum das Seis ocorrida no último dia 13 aprovou o calendário de início da campanha salarial deste ano. Frente aos ataques promovidos pelo golpismo em nível nacional e a ofensiva dos governos estaduais contra os serviços públicos a decisão das entidades é acelerar o início da campanha para que a mobilização chegue na data-base (1º de maio) com muita força para impedir os retrocessos.

A primeira rodada de assembleias nas universidades acontecerá até o dia 17 de março, com reunião do Fórum no dia 20 para avaliar e organizar as propostas das bases das categorias.

Depois haverá uma segunda rodada de assembleias entre os dias 21 e 31 de março. O objetivo é protocolar a Pauta Unificada da Campanha Salarial 2017 junto ao Conselho de Reitores (Cruesp) na primeira semana de abril.

Para este ano as categorias já enfrentam a ofensiva antissindical da reitoria Marco Antônio Zago, que tenta expulsar o Sintusp da sede histórica da entidade para dar seguimento ao seu projeto de entrega dos hospitais universitários, fechamento das creches, limite de gastos com pessoal e desmonte da Universidade de São Paulo.

A Assembleia Legislativa cortou R\$ 120 milhões do orçamento da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado) para este ano, e o Cruesp apenas demonstrou “preocupação”, não se posicionando categoricamente contra o corte inconstitucional sancionado pelo governador Geraldo Alckmin.

Com informações do Boletim do Fórum das Seis e do Cruesp

LUTA ANTIRRACISTA

Consu debate cotas raciais



Neste dia 21 de fevereiro a reunião ordinária do Conselho Universitário tem na pauta a questão da adoção de cotas raciais nos processos de ingresso na Universidade.

O debate sobre o tema no Consu é uma conquista da luta travada pela categoria e os estudantes há anos, e que em 2016 arrancou o compromisso da administração de abrir uma discussão que era antes negada na Unicamp. Após a realização de três audiências públicas, o Conselho passará a se debruçar sobre as medidas concretas que seriam necessárias para a adoção do sistema de cotas na instituição.

O STU, que defende a implementação do sistema de cotas nos processos seletivos da graduação, pós-graduação e nos concursos públicos, acompanha de perto a discussão, dialogando com todos os conselheiros da bancada de servidores e demais representações sobre a importância da Unicamp dar este salto numa política que reconheça a necessidade de reparação histórica do Estado brasileiro à população negra pelos crimes do período escravista e pelos que até hoje são cometidos pelo racismo institucional e estrutural no país.

DIA DE LUTA DAS MULHERES

Cem anos depois do 8 de março russo, mulheres ainda lutam por direitos básicos

Em 1917 elas foram às ruas por “paz e pão”. Em 2017 as mulheres ainda lutam pelo fim da violência relacionada às desigualdades de gênero, especialmente os feminicídios, e por direitos iguais de fato.

Durante muitos anos o Dia Internacional de Luta das Mulheres (8 de março) esteve associado à história de trabalhadoras têxteis que teriam morrido num incêndio. Hoje, no entanto, sabe-se que a data foi o estopim da Revolução de Fevereiro de 1917 (23 de fevereiro pelo calendário russo era o 8 de março no calendário ocidental, quando operárias russas foram às ruas). Vale a pena conhecer o livro **As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres**, de Ana Isabel Álvarez González, para resgatar essa história de concretização da proposta da socialista Clara Zetkin, feita em 1910 na Conferência das Mulheres Socialistas.

Até hoje, as mulheres continuam tendo que lutar para superar as desigualdades sociais impostas pelo patriarcado, que vitima mais ainda as negras e não-brancas.

A violência de gênero é o resultado mais cruel dessas desigualdades. Como vimos no trágico feminicídio praticado no reveillon aqui em Campinas por um homem que assassinou a ex-companheira e mais 8 mulheres da família dela, além de matar o filho de oito anos e outros familiares, deixando ainda feridos.

No Brasil ocorre um feminicídio a cada 90 minutos. Duas mulheres são agredidas a cada

cinco minutos. E ainda recebem menos que os homens pelo mesmo trabalho (no caso das negras, até 30% do que ganha um homem branco).

Por isso as mulheres seguem nas ruas. E assim derrotaram em 2015 o projeto de lei do ex-deputado Eduardo Cunha que impunha às mulheres uma regulamentação do direito ao aborto mais atrasada que o Código Penal de 1941. Também naquele ano lideraram as ocupações que frearam o projeto do governo Alckmin de fechar escolas.

E neste 8 de março, as Frente Brasil Popular e Povo Sem Medo vão se somar às manifestações das mulheres em todo o país, que terão como tema central a defesa da previdência e da vida das mulheres, contra o golpista Michel Temer.

Em diversos países está sendo convocada ainda uma paralisação de mulheres contra os feminicídios e as desigualdades de gênero. No Brasil os movimentos feministas buscam fortalecer esse chamado.

Em Campinas está sendo construído um ato (mais informações no próximo **Boletim do STU**). E a manifestação estadual terá início na Praça da Sé, marco histórico das lutas na capital paulista. O STU vai somar forças nos atos e convida todas as mulheres da categoria a participar.



Foto publicada em site português mostra mulheres russas na cidade de São Petersburgo, na greve iniciada em 8 de março de 1917 por “paz e pão”: a paralisação foi o estopim do processo que levou à Revolução Russa.



MOBILIZAÇÃO



15M: Dia Nacional de Luta em Defesa da Previdência

Educação e centrais chamam Dia Nacional de Luta contra a Reforma da Previdência

Entidades representativas de trabalhadores da educação - Fasubra, Andes, CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) - convocam as categorias para realizar em 15 de março o Dia Nacional de Lutas com Greves e Paralisações contra o desmonte da Previdência Social Pública. A mobilização foi incorporada pelas principais centrais sindicais brasileiras - CTB, CUT, Força Sindical, Intersindical/Central, CSP-Conlutas, UGT, Nova Central Sindical e CSB - e pelas Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo (que reúnem centenas de movimentos sociais e organizações).

A proposta é marcar um forte dia de resistência à PEC 287/2016 - que

acaba com os direitos constitucionais previdenciários (ver matéria na página 8). O slogan da mobilização será “Resistir a todo custo contra a retirada dos direitos”.

Além de um ato nacional, serão realizadas manifestações nos estados, nos aeroportos e no Congresso Nacional.

O STU participará da jornada de lutas em defesa dos direitos previdenciários e chama toda a categoria a se organizar. Se o governo golpista conseguir aprovar sua contrarreforma previdenciária os trabalhadores brasileiros serão obrigados a trabalhar até morrer.

Com informações da CTB, CUT, Intersindical e CSP-Conlutas.

Golpistas avançam sobre a Previdência e a CLT

Jornada unitária em defesa dos direitos dos trabalhadores terá início no 8 de março e Dia Nacional de Lutas no dia 15/3.

Depois do impeachment sem crime de responsabilidade orquestrado pelo Congresso Nacional, a mídia e o Judiciário, as elites brasileiras inauguraram um novo ciclo de organização do capitalismo no país que tem como base a retirada de todos os direitos consolidados na Constituição de 1988.

Fim do SUS

Os primeiros alvos foram o SUS e a educação - que tiveram o orçamento congelado pelos próximos 20 anos por meio da Emenda Constitucional 95 (PEC 55). Como alerta o diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto Queiroz, em artigo publicado em fevereiro deste ano, "se não for revogada a EC 95, os assalariados e aqueles que dependem de prestações ou de serviços do Estado serão os principais prejudicados, porque terão direitos

cortados ou reduzidos e haverá piora na quantidade e na qualidade dos serviços públicos, como a saúde, a educação, a segurança, etc".

Daqui a duas décadas, caso não se derrube esta emenda, o Sistema Único de Saúde e as políticas de assistência social tendem a acabar.

Barrar o fim da Previdência

Agora o governo golpista busca aprovar até junho deste ano o maior ataque já feito à Previdência no Brasil.

A Proposta de Emenda Constitucional 287/2016 vai impor o fim da diferença de idade para aposentadoria entre homens e mulheres (derrubando o reconhecimento da dupla jornada feminina), 49 anos de contribuição para assegurar o direito à aposentadoria integral e redução dos valores das pensões em até 50%.

Em entrevista ao jornal 'Brasil de



Leon Cunha

Fato', a economista e pesquisadora da Unicamp Marilane Oliveira Teixeira denunciou que, se a reforma for aprovada como está na proposta "que 76% de quem está no mercado de trabalho hoje não vai conseguir alcançar uma aposentadoria integral". Ou seja, 3 em 4 trabalhadores.

Impedir o fim da CLT e leis trabalhistas

Em paralelo ao desmonte da Previdência, tramitam na Câmara dos Deputados dois projetos de lei que ferem de morte a CLT. O PL 6787/16, de autoria do Executivo Federal, libera os sindicatos para fazerem acordos abaixo do que está previsto em lei. Também na Câmara, o PL 4.302/98 regulamenta a terceirização generalizada, assim como o PLC 30/15, que já está no Senado.

O Supremo Tribunal Federal também vem derrubando vários direitos trabalhistas sem que a socie-

dade debata. Foi assim ao anular a desaposentação, ao definir que todo servidor público em greve deverá ter o salário descontado e ao revogar a súmula 277 (que assegurava a validade de um acordo coletivo até que o próximo seja assinado).

Defender os direitos

O STU sempre se posicionou contra as políticas de ajustes fiscal dos governos e contra todas as medidas que representam retrocessos para os trabalhadores. A direção do sindicato defende que se priorize investimentos na saúde e educação e na criação de empregos ao invés de pagar juros exorbitantes a banqueiros e especuladores. E reafirma que o Brasil precisa de reformas estruturais como a tributária, das comunicações, agrária e urbana. Por isso o sindicato convoca a categoria a somar forças nas jornadas de lutas dos dias 8 e 15 de março.

Ponte de Temer leva trabalhadores ao abismo

CLT: Os projetos de mudança da legislação trabalhista no Congresso Nacional e as decisões que o Supremo Tribunal Federal vem tomando estão enterrando a CLT.

Aposentadoria: O governo quer estabelecer idade mínima de 65 anos para homens e mulheres (atualmente mulheres podem se aposentar aos 60 anos por causa da dupla jornada). Para ter aposentadoria integral o trabalhador vai ter que contribuir por 49 anos ou trabalhar até o limite de 80 anos de idade. O prazo mínimo de contribuição será de 25 anos (hoje são 15) para obter, por exemplo, aposentadoria proporcional por idade.

Saúde e Educação: Não existirá mais a obrigatoriedade dos investimentos previstos na constituição para o financiamento da Saúde e Educação. Se as despesas excederem a inflação do ano anterior, os percentuais constitucionais de investimentos nessas áreas podem ser reduzidos nos próximos 20 anos.

Pré-sal: A Petrobras não é mais operadora exclusiva desta riqueza.

Salário mínimo: O governo golpista extinguiu a política de valorização do salário mínimo acima da inflação, o que vai resultar em perda do poder aquisitivo e maior desaceleração econômica.



EXPEDIENTE

JORNAL DO STU É UMA PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNICAMP

Rua Sérgio Buarque de Holanda, 800, Ciclo Básico I - Cidade Universitária Zeferino Vaz - Barão Geraldo, Campinas/SP - CEP: 13.081-970 - Caixa Postal 6167. Tel: (19) 3521-7412 / 3521-7147 / 3289-4242 / 3289-3502. Ramais: 17694 / 17147 / 17412.

DIRETORIA GESTÃO "2014-2017" Margarida Barbosa, João Raimundo M. de Souza (Kiko), Marcílio Ventura, Elisabeth Cardozo, Sílvia Antônia F. Pereira, Luiz Manoel da Silva, José Aparecido Calderaro, Gislaine Aparecida do Carmo, Beeroth de Souza, Iuriatan Felipe Muniz (Iuri), Diego Machado de Assis, Danielle Iwamura Brandemburgo Consolino, Paulo Eduardo de Lima Gouveia, Reginaldo A. Nascimento (Biroska), Valério Freire Paiva, Ricardo Vieira Cioldin, Márcio Massamitsu Ota, Francisco Genézio L. de Mesquita, Roberto Carlos de Souza (Fubá), Conceição Aparecida da Silva, José Carlos de Lara, Marina Rebelo Tavares, Adriana Cristina de Toledo Stella, Sandra Aparecida de A. Ramos, José Vitorio Zago, Osvaldo Henrique F. de Sales.

COORDENAÇÃO DE IMPRENSA: JOÃO RAIMUNDO M. DE SOUZA (KIKO), ANTÔNIO ALVES NETO (TONINHO) E IURIATAN FELIPE MUNIZ. **EDIÇÃO:** LUCIANA ARAÚJO **TEXTOS:** MAYRA NAKAMURA E LUCIANA ARAUJO **EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:** LEON CUNHA. **TIRAGEM:** 5.000 EXEMPLARES. **IMPRESSÃO:** FORMA CERTA.

INTERNET: www.stu.org.br **E-MAIL:** imprensa@stu.org.br **FACEBOOK:** stu.unicamp